

CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

Os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2010 foram elaborados de harmonia com o preceituado na Lei, sujeitos a processo de certificação por parte do Revisor Oficial de Contas e serão apresentados à apreciação e aprovação política dos Órgãos Locais e posteriormente remetidas para controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e demais Entidades Tutelares da Administração Central.

É bem conhecido de todos a difícil situação económica, financeira e orçamental do País, que desde o ano anterior vem condicionando a actividade dos Municípios, quer pelas reduções das transferências do OGE, quer dos constrangimentos legais, quer da burocracia gerada no âmbito do QREN, justificada pela dificuldade do Estado em assegurar a componente nacional dos fundos comunitários.

O atraso na implementação do QREN, o circuito burocratizado criado pelas Comunidades Intermunicipais, a falta de disponibilidade de verbas e o atraso nos pagamentos, dificultam a realização de despesa, com reflexo directo na gestão.

Esta conjuntura marcou a execução do Orçamento de 2010 dado que a estratégia do Município tem sido a de privilegiar a execução dos projectos financiados pelo QREN, atrasando deliberadamente a realização de despesa não comparticipada, pela necessidade de contenção financeira que os tempos aconselham.

Município de Trancoso

Aliás, como é público, a falta de disponibilidade de tesouraria por parte do Estado, vem criando dificuldades muito sérias à economia e às instituições, onde se inclui o Município, mas também a própria Escola Profissional onde somos parceiros e onde se vive uma situação dramática por falta de pagamento das participações do POPH.

Assim, na verdade, não é possível planear e realizar!

Acresce, ainda, os constrangimentos das intervenções arqueológicas no concelho, designadamente, nos núcleos históricos que têm atrasado obras novas, como o Centro de Interpretação da cultura judaica, o largo Luís Albuquerque, a beneficiação do campo da feira, as águas e saneamento de Moreira de Rei, o Paço Ducal, etc...

I - EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

A execução do Plano e Orçamento de 2010 foi, como se afirmou, muito condicionada pela forma como tem sido formatado e gerido o QREN, sobretudo na CCDRC.

Na verdade, nos primeiros anos a implementação do QREN foi sendo realizada através de concursos muito desfasados no tempo, impedindo um planeamento sério por parte dos Municípios executores.

Recentemente, voltou-se ao sistema do anterior QCA com a implementação do balcão permanente, que entretanto já foi suspenso, por falta de capacidade do Estado em disponibilizar a componente nacional.

É certo, que a generalidade dos Municípios vive, igualmente, uma situação financeira muito afiliva, restritiva da sua capacidade de realização, pelo que em consequência o QREN está com baixas taxas de execução ao nível nacional.

Como se verificará pelos exemplos a seguir evidenciados, **os projectos participados pelo QREN avançaram a bom ritmo:**

- Construção do quartel bombeiros Vila Franca das Naves -	87,50%
- Construção do bloco de aulas na EBI -	99,13%
- Aquisição de contentores subterrâneos -	86,36%

- Reabilitação do Convento S.Francisco -	92,16%
- Remodelação do Edifício Anexo ao Convento -	78,47%
- Arrelvamento campo de futebol -	100,00%
- Arranjos urbanísticos em Trancoso -	75,00%
- E.M. Trancoso-Aldeia Velha -	84,36%

Inversamente, os projectos que não obtiveram aprovação no QREN ou por não ter sido lançado o concurso, ou por não ser elegível, ou ainda, por não ter existido compromisso por parte do Estado, **o Município optou por os não executar até estar garantido financiamento exterior. Como se exemplifica:**

1. ATRASO NO LANÇAMENTO DE CANDIDATURAS POR PARTE DO QREN:

- Quartel de bombeiros de Trancoso
- Construção da EBI de Palhais com Pré-escolar
- Construção do Lar de Freches
- Construção do Museu da Cidade
- Construção do Centro de Int. da Batalha
- Construção do Centro de Artes
- Todos os projectos de Ambiente (águas e esgotos)

2. CANDIDATURAS APROVADAS SÓ EM 2011

- **Recreação da oficina do sapateiro Bandarra**
- **C.A. Povia do Concelho**
- **C.A. Monte Zebro**
- **C.A. Pereira /Freches**
- **C.A. Vila Garcia- Q. do Prado**
- **C.A. Moimentinha**
- **Programa de electrificações**

3. FALTA DE CONTRACTUALIZAÇÃO COM O ESTADO

- **Beneficiação do Edifício dos Paços do Concelho**

4. ATRASO NO PRODER

O Programa PRODER sofreu ainda um considerável atraso, impedindo que as medidas geridas pela ADL Raia Histórica pudessem apoiar vários investimentos do Município e das freguesias, como acontece com a **Casa do Sapateiro Bandarra, entre outras.**

Ora, face ao injustificável atraso do QREN só compreendido por falta de disponibilidade de tesouraria por parte do Estado, e perante a impossibilidade de garantir financiamento comunitário, a Câmara Municipal revelou a prudência necessária a não realizar despesa que nestas circunstâncias só avolumaria o endividamento.

Entendemos que, neste quadro, não nos é exigível outro procedimento, nem face ao circunstancialismo descrito, admissível a crítica à falta de realização de despesa que só agravaria o endividamento municipal.

II - ANÁLISE DO QUADRO DE COMPROMISSO COMUNITÁRIO

O Município de Trancoso garantiu até este momento fruto de compromissos negociados durante 2010 os seguintes financiamentos:

QREN – CONTRACTUALIZAÇÃO NA COMURBEIRAS

1ª Fase

Construção do Bloco Escolar da EBI

E.M. Trancoso Aldeia Velha

Beneficiação do campo da feira

Construção de parque de lazer

2ª Fase (Propostas a apresentar)

Museu da Cidade

Ampliação da Zona Industrial de Trancoso

PROGRAMA DE REGENERAÇÃO URBANA

Construção do Centro de Interpretação da cultura judaica

Remodelação da iluminação do centro histórico

Reabilitação do largo Luís Albuquerque

PROVERE DO CÔA

Construção do Centro de Interpretação da Batalha

PROVERE DAS ALDEIAS HISTÓRICAS

Iniciativas de animação, comunicação e marketing

PROGRAMA OPERACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Instalação de campo relvado sintético no estádio municipal Fernando Lopes

Construção do Quartel de Bombeiros de Vila Franca das Naves

PRODER

C.A. Pova do Concelho

C.A. Monte Zebro

C.A. Pereira/Freches

C.A. Vila Garcia

C.A. Moimentinha

Programa de electrificações agrícolas

III - RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

O relacionamento institucional com o Governo e com a generalidade dos Órgãos desconcentrados foi globalmente positivo e profícuo para o Município.

O Governo através de uma parceria público privada concluiu o mais importante investimento público para o concelho, a construção em perfil de auto-estrada, do IP2 a Norte da A25.

Embora com largo atraso está a ser ultimada a conclusão das obras do novo posto da GNR em Trancoso.

IV – Notas às Demonstrações Financeiras

Balanço

A partir da análise à componente das imobilizações inscritas no activo do balanço do exercício de 2010, conclui-se que no ano económico em questão, se verificou uma diminuição global do valor do imobilizado líquido em relação ao ano anterior, em consequência da desvalorização imposta aos diversos bens. Estas depreciações, motivadas pelo desgaste físico que resulta da passagem do tempo e do uso, traduzem-se, em cada ano económico, na contabilização do respectivo custo por via das amortizações do exercício.

Assim, e ainda que tenham sido realizados investimentos em imobilizações de montante considerável, este não foi suficiente para compensar o valor das amortizações do exercício, pelo que, o valor do imobilizado líquido apurado é inferior ao do ano económico de 2009.

Será aliás de realçar o enorme peso que as amortizações do exercício apresentam em termos da estrutura de custos. Em 2010, o valor das amortizações aproxima-se dos 4.630.000,00 euros, sendo que, são essencialmente os bens de domínio público, nomeadamente as redes de abastecimento de água, redes de saneamento e rede viária, aquelas que aportam um maior contributo para o valor final das amortizações em cada exercício (as amortizações relativas aos bens de domínio público, atingem em 2010, um valor próximo dos 3.732.000,00 euros).

Ainda no que concerne aos valores inscritos no imobilizado da entidade, deverá fazer-se referência à rubrica dos investimentos financeiros.

Aqui, a nota essencial vai dirigida ao valor inscrito na conta **411 – Partes de Capital**, a qual denota uma diminuição significativa. Tal facto, resulta no entanto apenas de uma alteração no método de contabilização das participações de capital do Município noutras entidades. Até ao exercício económico de 2009, estas participações encontravam-se registadas pelo valor efectivamente investido. A partir de 2010, e até por força do disposto na portaria 474/2010, de 1 de Julho, que define as orientações genéricas de base à elaboração da consolidação de contas no sector público administrativo, passou a proceder-se ao registo das participações de capital, pelo método de equivalência patrimonial.

Na medida em que este método de contabilização se traduz num ajustamento anual do valor das participações em função dos resultados apresentados pela entidade participada, sempre na proporção da participação no respectivo capital social, tal reflecte-se num ajustamento positivo ou negativo, em consequência dos valores dos resultados líquidos apresentados pelas participadas. Assim, e considerando que 2010 foi o ano do ajustamento inicial, tal teve um reflexo particularmente significativo.

No caso da TEGEC, em que o Município detém 100% do capital, os resultados negativos acumulados nos últimos exercícios, traduziram-se numa diminuição do valor da participação de capital registada no balanço. Já em relação à participada Encanta, Restauração e Serviços de Trancoso, Lda, em que o Município detém 50% do capital, o ajustamento verificado foi em sentido inverso, na medida em que tem apresentado sucessivamente resultados líquidos positivos.

Em relação às entidades FMT, Feiras e Mercados de Trancoso, e à Resiestrela, SA, o valor da participação registada no balanço mantém-se pelo método de contabilização inicial (custo histórico). No caso da FMT, porque a entidade se encontra em processo de dissolução, não tendo já actividade nos últimos exercícios económicos, e a Resiestrela por se tratar de uma sociedade anónima.

Uma última nota relativa ao acréscimo do valor inscrito na conta **414 – Investimentos em Imóveis**, que traduz, essencialmente, a transferência para o saldo da referida conta, do bem “Campo da Feira”.

Uma vez que o princípio de especialização do exercício tem vindo a ser aplicado de forma consistente, os valores apresentadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos, quer no activo quer no passivo do balanço, reflectem o cuidado com a afectação de custos e proveitos que dizem efectivamente respeito a cada ano económico, sendo que os critérios norteiam a sua contabilização se mantêm estáveis e sem alteração dos pressupostos que lhes estão subjacentes.

No que concerne ao montante de **Fundos Próprios**, será de registar, antes de mais, a variação ocorrida no valor da conta **51 – Património**, variação esta que resulta do trabalho que tem vindo a ser realizado, no sentido de colmatar as imprecisões detectadas ao nível do património do Município. Tendo já sido por várias vezes referido em exercícios anteriores, o facto de existirem bens omissos no inventário do Município de Trancoso, tem vindo a ser feito um esforço no sentido de repor o valor efectivo desse mesmo património, sendo que se reconhece, que muito haverá ainda por fazer.

No decurso de 2010, e como etapa fundamental para o prosseguimento do trabalho em questão, foi já constituída uma Comissão de Avaliação de Inventário, composta por técnicos de diversos serviços do Município, à qual caberá fazer a avaliação dos bens imóveis, possibilitando depois a organização do processo administrativo de registo na Conservatória do Registo Comercial (no caso dos bens de domínio privado, uma vez que os bens de domínio público não estão sujeitos a tal imposição legal), e à respectiva inventariação, cadastro e contabilização.

Assim, e na sequência dos factos atrás descritos, foi já possível contabilizar, cumprindo todas as disposições legais que regulamentam a matéria em questão, alguns bens que se encontravam omissos nos registos do Município, quer de bens do domínio privado, quer de bens do domínio público.

Quanto ao valor inscrito na conta **55 – Ajustamento de Partes de Capital em Empresas**, e que não apresenta correspondência em exercícios anteriores, tal resulta, como foi já explicitado, da aplicação do método de equivalência patrimonial na contabilização das participações no capital de terceiras entidades, e que reflecte os ajustamentos a essas

participações por via dos resultados líquidos obtidos ao longo dos sucessivos exercícios económicos, por essas mesmas entidades.

Por fim, explicitar que a evolução do saldo da conta **59 – Resultados Transitados**, espelha não só a transferência do valor dos resultados líquidos do exercício de 2009, mas também o registo de acontecimentos que deveriam ter sido contabilizados em exercícios anteriores, afectando os respectivos custo / proveitos, que no entanto só foram conhecidos no exercício em análise, e que são materialmente relevantes, tal como dispõem o POCAL.

No passivo, mantém-se inalterado o valor de **Provisão para Riscos e Encargos (conta 292)** constituída em 2009, como forma de fazer face a custos potenciais decorrentes do processo judicial movido pela empresa Civifran – Construções, Lda, a qual reclama uma indemnização em resultado da anulação de um processo de adjudicação da empreitada de construção do quartel dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca das Naves, rescisão esta motivado por imperativos de ordem técnica. O referido processo mantém-se em curso no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, pelo que, não tendo conhecido novos factos relevantes, se manteve o valor contabilizado.

Será ainda pertinente referir, e apesar do facto ter vindo a ser sucessivamente esclarecido nos vários relatórios elaborados em anos transactos, que o valor registado na conta **2311 – Empréstimos de Curto Prazo**, não corresponde verdadeiramente a operações de financiamento negociadas por um prazo inferior a um ano, mas antes corresponde ao valor das amortizações de capital que se estima liquidar no decurso do ano de 2011, relativas às operações de crédito contratualizadas para o médio e longo prazo, procurando-se apenas fazer diferenciar no balanço os valores a amortizar no curto e no médio/longo prazo.

Também recorrente, a nota relativa ao facto de em relação aos fornecedores, se ter tido o cuidado de fazer evidenciar no Balanço, e à semelhança do que aconteceu já em anos anteriores, os valores da dívida a liquidar no decurso do ano seguinte, a qual será de considerar como dívida de curto prazo, e aqueles que, por força de acordos negociados,

serão pagos em exercícios posteriores, não se configurando como dívida de curto prazo, mas antes de médio/longo prazo.

De referir também, que à semelhança dos exercícios anteriores, no exercício de 2010 o valor inscrito como saldo na conta **24 – Estado**, corresponde apenas a montantes de operações de tesouraria cobrados em Dezembro, e cuja entrega às respectivas entidades é efectuada apenas no mês de Janeiro. Quanto ao saldo da conta **268 – Outros Credores**, traduz, essencialmente, os valores em dívida relativos a transferências correntes e de capital concedidos e não totalmente pagos, e ao valor das cauções retidas a fornecedores de imobilizado como garantia de boa execução das diversas obras ainda sem recepção definitiva.

Por último, evidenciar, até pelo peso significativo do montante em questão, que o valor reflectido na conta **274 – Proveitos Diferidos**, corresponde ao montante de subsídio ao investimento recebidos e apenas transferido para a conta de proveitos extraordinários, na proporção da quota anual de amortização de cada bem do imobilizado participado.

Demonstração de Resultados

Em contra-ciclo ao caminho percorrido nos últimos exercícios económicos, em que o Município vinha evidenciando uma capacidade de melhorar os resultados, nomeadamente em termos de resultados de exploração, o ano de 2010 ficou marcado por uma inversão da tendência, situação que não poderá por certo ser dissociada do contexto económico que o país atravessa.

De facto, apenas os resultados financeiros conheceram uma melhoria significativa, como consequência não só das taxas de juro historicamente baixas, mas também em resultado da redução dos montantes das operações financeiras contratualizadas, por via das amortizações efectuadas de acordo com plano do serviço de dívida estabelecido.

Numa análise aos resultados operacionais obtidos, constatamos que a uma redução dos proveitos operacionais, se associou, em simultâneo, um acréscimo de custos da mesma natureza, impulsionados de forma particularmente significativa, pelo aumento dos custos com fornecimentos e serviços externos e dos custos com encargos sociais. De facto, se os custos com remunerações tiveram um decréscimo na ordem dos 4%, já os encargos sociais, por força da legislação em vigor, conheceram um aumento próximo dos 10%.

Em relação aos custos contabilizados na conta **62 – Fornecimentos e Serviços Externos**, será de referir os consideráveis aumentos de custos com a iluminação pública, que tendo anualmente um peso relevante na estrutura de custos, conheceu no ano em questão um acréscimo acentuado, obrigando a reforços orçamentais para

suportar o registo da despesa, e levando mesmo o Município a questionar a entidade fornecedora sobre as razões de tais aumentos nos valores facturados, questão que até hoje o Município tem pendente, uma vez que se continua a aguardar resposta por parte da EDP.

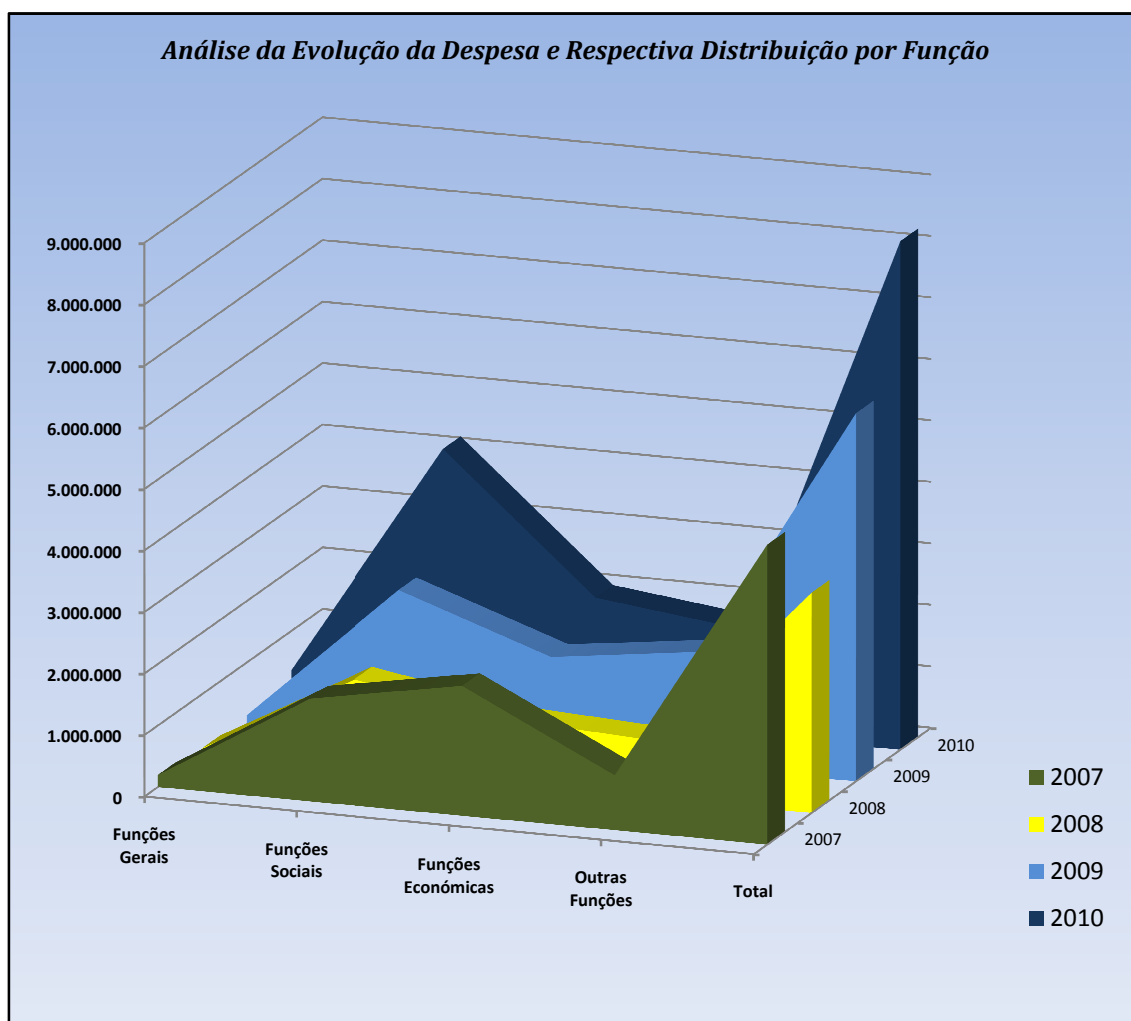
Neste contexto, e apesar do contributo positivo para o resultados correntes da prestação dos resultados financeiros, tal não foi suficiente para corrigir os resultados operacionais negativos, o que agravado ainda por resultados extraordinários também eles negativos, conduziu a que o **Resultado Líquido** do exercício atingisse os 2.846.901,18 euros negativos.

Assim, e perante tal circunstância, propõem-se a afectação dos Resultados do Exercício de 2010 a Resultados Transitados.

V - Indicadores

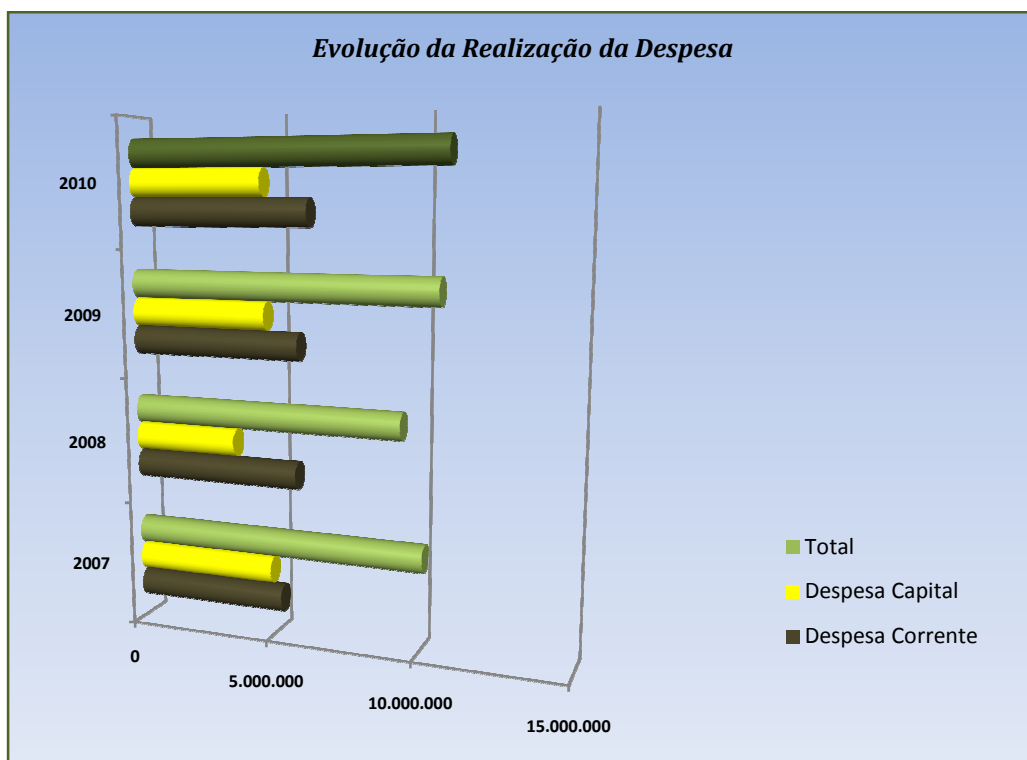
	<i>Ano de Referência</i>			
	2007	2008	2009	2010
Indicadores de Base Orçamental:				
Pessoal / Despesas Totais	0,23	0,26	0,25	0,24
Receita Total / Despesa Total	1,01	1,01	1,01	1,01
Encargos Financeiros / Despesa Corrente	0,07	0,06	0,03	0,01
Indicadores de Base Patrimonial				
Liquidez Geral = Activo Circulante/Passivo Circulante	0,23	0,17	0,31	0,17
Solvabilidade = Fundos Próprios/Fundos Alheios	3,96	3,94	3,26	2,65
Autonomia Financeira = Activo Líquido/Passivo	2,72	2,68	2,45	2,21
Proveitos Totais / Custos Totais	0,83	0,82	0,87	0,78
Custos com Pessoal / Custos Operacionais	0,24	0,25	0,26	0,24
Proveitos Correntes / Custos Correntes	0,79	0,81	0,86	0,80

VI – Análise Gráfica de Base Orçamental



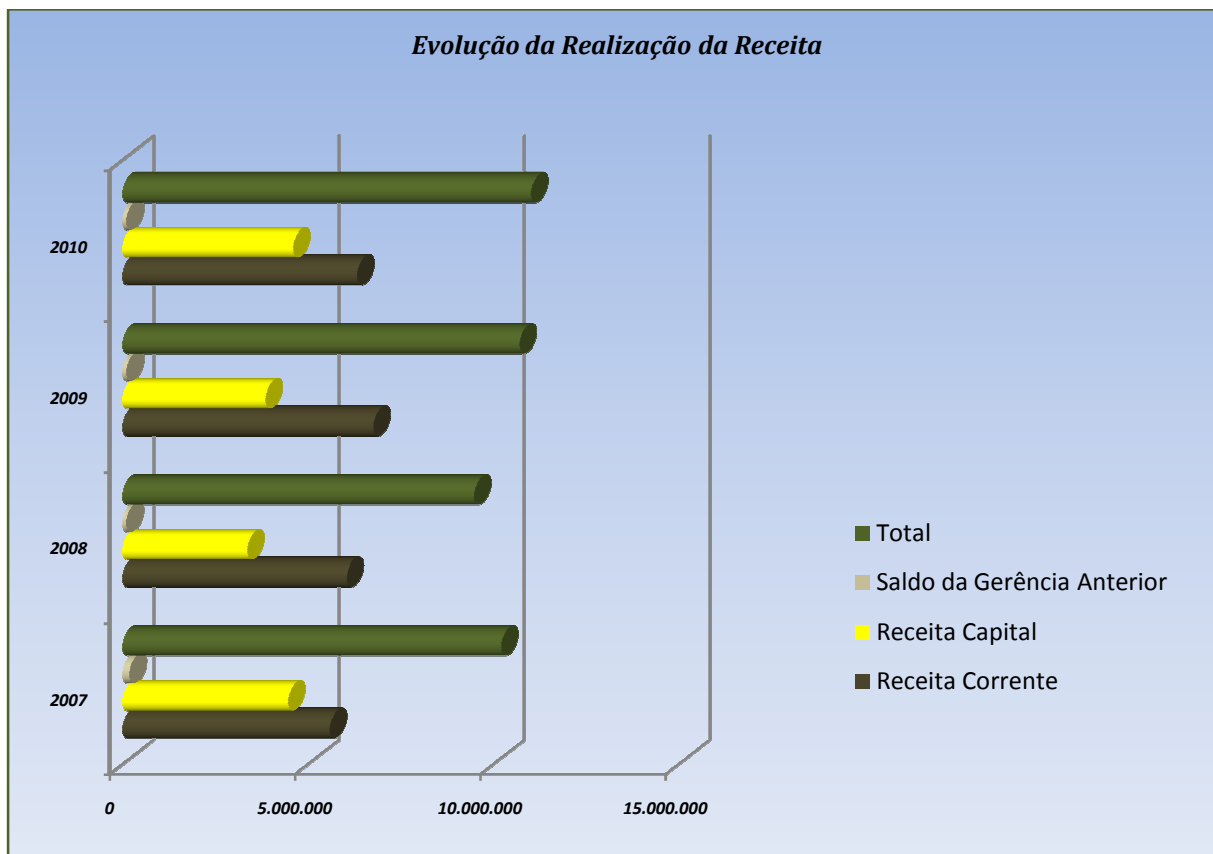
Unidade: Euro

	2007	2008	2009	2010
Funções Gerais	197.341	122.159	143.360	360.283
Funções Sociais	1.673.739	1.471.475	2.412.979	4.195.778
Funções Económicas	2.112.725	1.056.912	1.556.845	2.008.681
Outras Funções	892.804	931.817	1.873.898	1.709.343
Total	4.876.609	3.582.363	5.987.082	8.274.084



Unidade: Euro

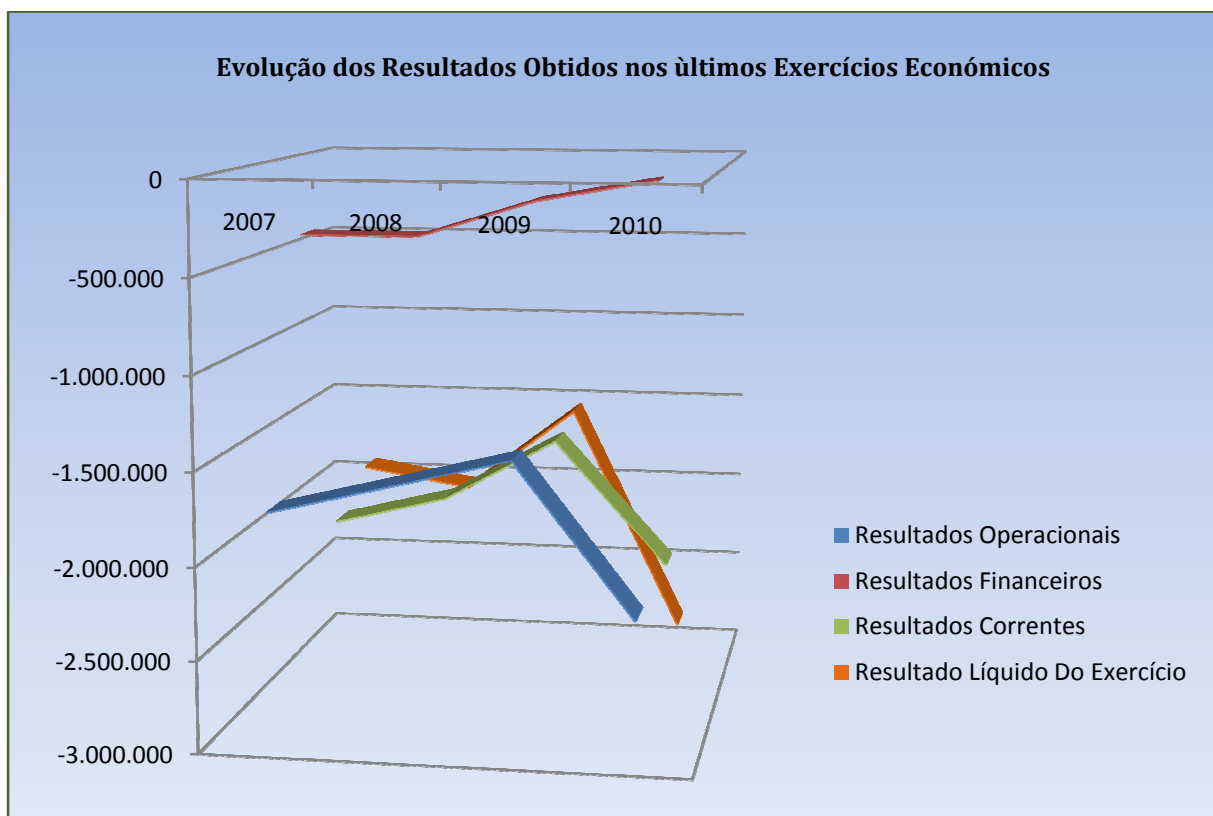
	2007	2008	2009	2010
Despesa Corrente	5.255.147	5.802.090	5.881.372	6.243.460
Despesa Capital	4.876.608	3.579.646	4.729.016	4.647.329
Total	10.131.755	9.381.735	10.610.388	10.890.789



Unidade: Euro

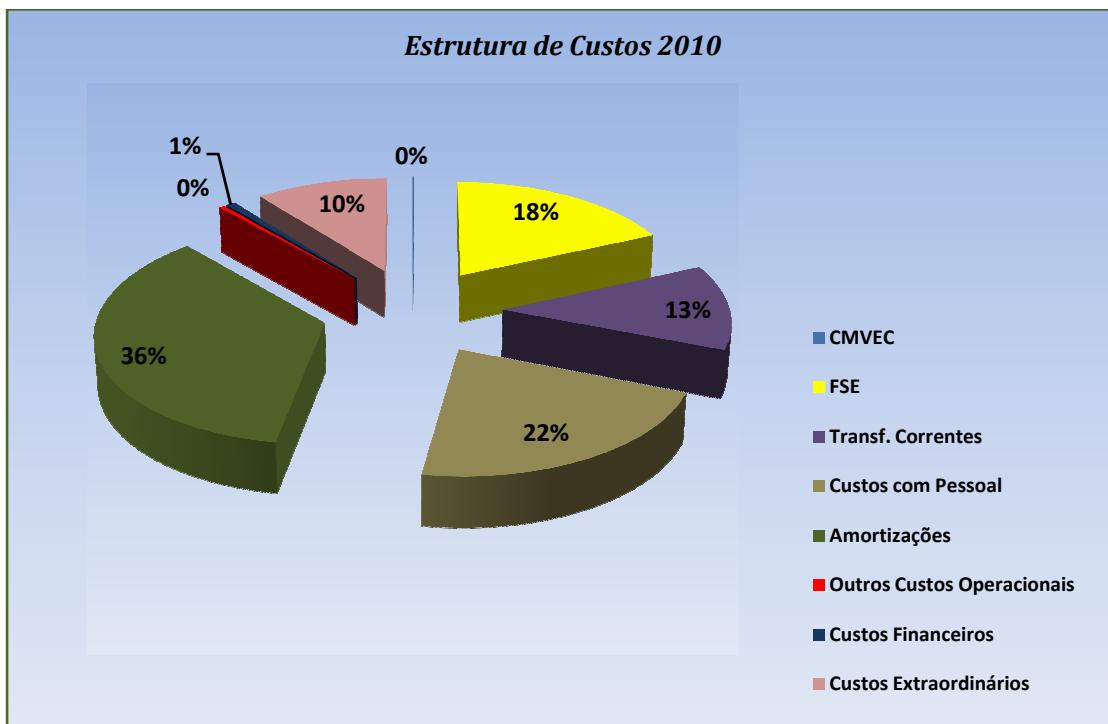
	2007	2008	2009	2010
Receita Corrente	5.569.194	6.022.071	6.750.824	6.312.603
Receita Capital	4.445.338	3.344.103	3.835.164	4.582.916
Sub-Total	10.014.532	9.366.174	10.585.988	10.895.519
Saldo da Gerência Anterior	179.046	95.360	102.440	100.091
Total	10.193.578	9.461.534	10.688.428	10.995.610

VII – Análise Gráfica de Base Patrimonial



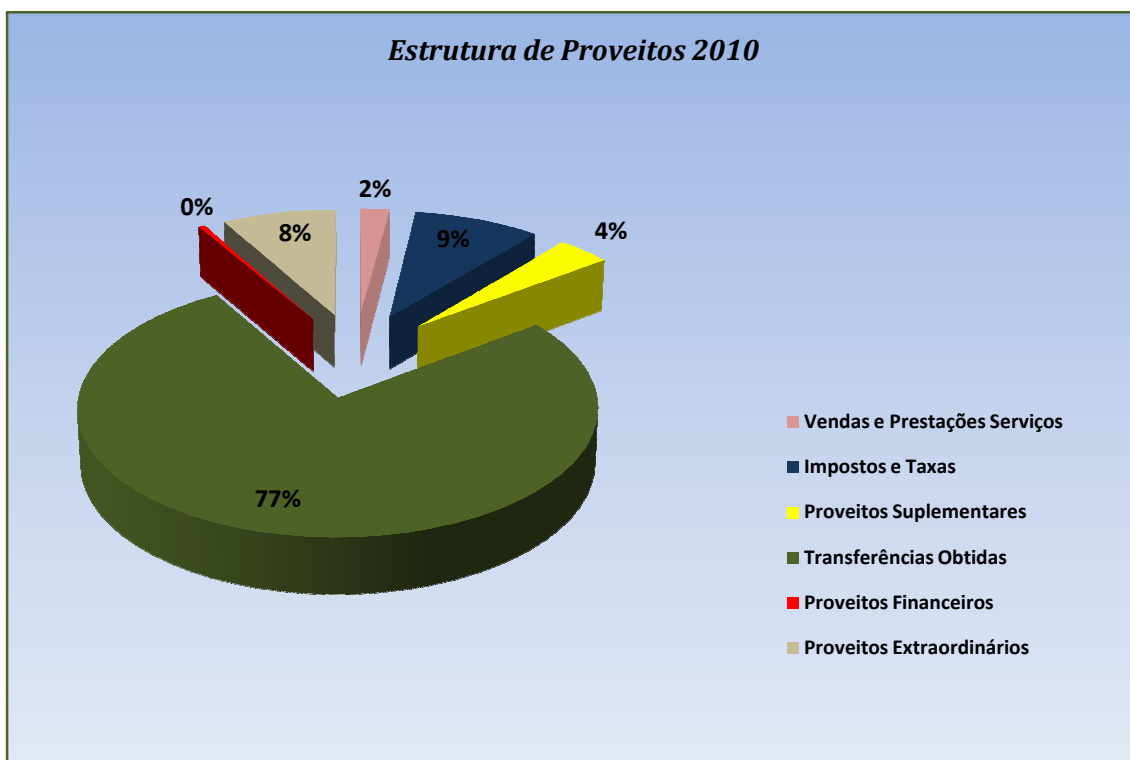
Unidade: Euro

	2007	2008	2009	2010
Resultados Operacionais	-1.749.909	-1.591.814	-1.434.823	-2.251.785
Resultados Financeiros	-364.389	-363.933	-163.407	-49.356
Resultados Correntes	-2.114.298	-1.955.747	-1.598.231	-2.301.140
Resultado Líquido Do Exercício	-1.929.088	-2.036.580	-1.547.034	-2.846.901



Unidade: Euro

Rubrica	Valor
CMVEC	10.758
FSE	2.355.792
Transf. Correntes	1.634.854
Custos com Pessoal	2.804.140
Amortizações	4.628.904
Outros Custos Operacionais	54.289
Custos Financeiros	92.012
Custos Extraordinários	1.359.240



Unidade: Euro

Rubrica	Valor
Vendas e Prestações Serviços	203.671
Impostos e Taxas	904.258
Proveitos Suplementares	381.931
Transferências Obtidas	7.747.093
Proveitos Financeiros	42.657
Proveitos Extraordinários	813.479